



**A Educomunicação Socioambiental e a Agroecologia:
uma relação dialógica**
*Socio-environmental Education and Agroecology:
a dialogical relationship*

MACHADO, Eliany Salvatierra
Universidade Federal Fluminense – UFF, elianys@gmail.com

Eixo Temático: Comunicação popular e Agroecologia

Resumo: O objetivo do presente texto é resgatar e apresentar o programa de Educomunicação Socioambiental, uma política pública de comunicação gestada pela parceria entre movimentos sociais organizados, universidade e os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, no período de 2004 a 2006. Acreditamos que as reflexões, e principalmente a proposta da Educomunicação Socioambiental, coaduna com o campo da Agroecologia para promover espaços dialógicos e educativos, na expectativa de garantir a expressão cidadã dos atores sociais do nosso país. Apresentaremos o programa publicado pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, os fundamentos da Educomunicação Socioambiental e as propostas para ações comunicacionais populares em Agroecologia.

Palavras-chave: Comunicação e Educação; ação educacional; comunicação e educação ambiental.

Abstract: The objective of this text is to rescue and present the Socio-environmental Educommunication Program, a public communication policy developed by the partnership between organized social movements, University and the Ministries of Environment and Education, from 2004 to 2006. We believe that the reflections, and especially the proposal of Socio-environmental Education, in line with the field of Agroecology to promote dialogic and educational spaces, in the expectation of guaranteeing the citizen expression of the social actors of our country. We will present the program published by the Organizing Body of the National Environmental Education Policy, the foundations of Socioenvironmental Educommunication and the proposals for popular communicational actions in Agroecology.

Keywords: Communication and Education; educative action; communication and environmental education.

Introdução

Na I Conferência Nacional de Meio Ambiente, em 2003, os delegados do GT de Comunicação encaminharam uma moção ao governo federal solicitando que o Ministério do Meio Ambiente – MMA – criasse uma política de comunicação ambiental. A partir daí, a diretoria de Educação Ambiental – DEA/MMA – juntamente com a Conselho Gestor de Educação Ambiental do Ministério da Educação – CGEA/MEC –, através do Programa Nacional de Comunicação para a Educação Ambiental – ProNEA –, constroem o Programa de Educomunicação Socioambiental.

O Programa de Educomunicação Socioambiental corresponde a dimensão pedagógica dos processos comunicacionais associados à questão ambiental. A nossa expectativa, no presente texto, é apresentar o programa, discutir os fundamentos da



Educomunicação, e avaliar se o programa pode contribuir com o campo da Agroecologia e com os espaços da comunicação popular.

Metodologia

O Programa de Educomunicação Socioambiental foi amplamente debatido, e a sua construção reuniu atores sociais dos movimentos organizados, das universidades e de setores do governo federal. Para isso, foi aberta uma consulta pública. O presente texto é uma compilação das discussões apresentadas no texto final do programa e a apresentação dos fundamentos da Educomunicação Socioambiental. O caminho será o da apresentação e da problematização de um programa pedagógico de comunicação para o campo da Agroecologia.

Em 2015, quase dez anos depois da criação do Programa de Educomunicação Socioambiental, deparamo-nos com as discussões do campo da Agroecologia. Durante a defesa da tese de doutorado intitulada *Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro* (STRAUCH, 2016), dentro da linha de pesquisa em Agroecologia, no programa de Recursos Naturais e Gestão Sustentável da Universidade de Córdoba na Espanha, percebemos que a Educomunicação Socioambiental poderia contribuir com as práticas, projetos de extensão e pesquisas da Agroecologia. Os dois campos abandonam uma perspectiva capitalista para poder gerar relações dialógicas: a Educomunicação, para que as relações humanas não sejam hierarquizadas e opressivas; a Agroecologia, para que a produção de alimento seja saudável, justa e considere os atores sociais que participam dessas relações.

Logo em seguida, o pesquisador Rodrigo Rossi Morelato nos convida a compor o projeto Pega Visão, do Verdejar Socioambiental. A partir daí, o reconhecimento da Agroecologia como espaço para a dialogicidade e as ações educacionais ganham corpo no desenvolvimento de práticas audiovisuais.

O projeto Pega Visão faz parte do coletivo Verdejar Socioambiental, que é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, sem vínculos religiosos e de caráter socioambiental e cultural criada em 1997, que tem como princípio o desenvolvimento de ações de educação, preservação, recuperação e gestão ambiental no maciço da Serra da Misericórdia (última área verde da zona norte da cidade do Rio de Janeiro) e comunidades de seu entorno. Através dos seus projetos e ações, valoriza a cultura, saberes e vivências de seus habitantes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável local.



Ao entrar em contato com os textos publicados pela ANA – Articulação Nacional de Agroecologia¹ – e pela AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia² –, percebemos que os programas e princípios são parecidos ou os mesmos, que o da Educomunicação Socioambiental. Reinvidicações como acesso a informação e democratização dos meios de comunicação estão nas publicações que abordam as políticas de divulgação e de mudança estrutural a partir da Agroecologia.

São compromissos da Educomunicação Socioambiental: o diálogo permanente e continuado; a interatividade e produção participativa de conteúdo pela comunidade; a transversalidade; o encontro e o reconhecimento dos saberes; a proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; a democratização da comunicação e a acessibilidade à informação socioambiental; o direito à comunicação e principalmente a alteridade.

O princípio da dialogicidade para a participação cidadã em uma sociedade democrática está presente direta e indiretamente em textos publicados pela *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* (2016). A possibilidade de produzir para e com os segmentos organizados da sociedade civil, discussão cara para a Educomunicação, é uma prática que vem sendo adotada pelos grupos que atuam no campo da Agroecologia. Seguindo os princípios do que se entende por meios de comunicação, e principalmente na inter-relação comunicação popular e comunicação e cultura, é que vemos afinidades no Programa de Educomunicação Socioambiental.

O Programa de Educomunicação Socioambiental é um desdobramento das discussões no campo emergente da Educomunicação. Cabe destacar que um dos pensadores que contribuiu com a educação ambiental também é referência na Educomunicação, pois foi Paulo Freire a referência para que o comunicador uruguaio Mário Kaplún (2002) pensasse a formação do comunicador popular.

A Educação Ambiental e a Educomunicação

Mário Kaplún, no seu livro *O comunicador popular* (2002) afirma que a sua inspiração para pensar a formação do comunicador popular veio de Paulo Freire. É através de Paulo Freire que a Comunicação pensará sobre os processos de extensão, diálogo e autonomia. Freire também fundamenta o campo da Educação Ambiental, e durante a gestão da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, no período de 2004 a 2006, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

¹ TEIA AGROECOLÓGICA: *Boletins Sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia*. Políticas Públicas com enfoque agroecológico, Publicações da ANA, 23 de maio de 2019. Disponível: <https://agroecologia.org.br/2019/05/23/boletins-sobre-tecnologias-sociais-em-agroecologia/> Data de acesso: 24/09/2019.

²COMUNICAR para transformar. *Revista agriculturas: experiências em agroecologia*. v. 13, n.1, Publicada pela AS-PTA, 2016. Disponível: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/06/V13N1_EditoraConvidada.pdf Data de acesso: 26/09/2019.



cria um programa de Educação Ambiental para formar o educador ambiental. Porém, esse educador não passará por um curso de graduação, acadêmico, mas por cursos de formação que apresentem para ele ou ela a Educação como espaço de formação cidadã, para leitura de mundo e participação civil na sociedade democrática.

A Diretoria de Educação Ambiental do MMA, liderada à época por Marco Sorrentino, com acompanhamento técnico de Francisco de Assis Morais da Costa, vê não só uma mesma base filosófica para a formação do educador ambiental e educador, como também percebem que o termo “diálogo” pode contribuir com a formação de educadores, comunicadores socioambientais. Por isso propõem o nome do programa “Educomunicação Socioambiental”.

O objetivo do Programa de Educação Ambiental era formar cidadãos que reconhecessem a importância da conservação dos recursos naturais para a existência humana, bem como a necessidade de projetos e ações de áreas para cultivo de plantas e criação de animais que demonstrem que é possível produzir e conservar os recursos naturais de forma harmônica. O sonho era formar o maior número de educadores ambientais, para que cada brasileiro ou brasileira cuidasse dessa terra.

A Educomunicação entraria no programa de educadores ambientais contribuindo com a formação dialógica, reconhecendo a alteridade e trabalhando em processos comunicacionais.

O Programa de Educomunicação Socioambiental têm como princípios: (a) Dialogismo e interatividade – uma ação comunicativa não-excludente de outras experiências e modelos, mas cumulativa, gregária e permeável a novos modos de ver e novas formas de fazer, sempre pelo bem comum e cujos benefícios nunca sejam unilaterais; (b) Transversalidade e Intermidiaticidade – uma comunicação para a sustentabilidade socioambiental que não se contente com um discurso especializado em Ecologia, mas que tenha clareza de suas interfaces com as produções discursivas de função estética, pedagógica, espiritualista, jurídica, histórica, etc; (c) Encontros e Integração – união e contato entre gerações, culturas, regiões. Toma-se aqui o princípio do encontro, que só pode se dar plenamente na forma presencial, face a face; (d) Proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular – a comunicação deve favorecer a construção de identidades individuais e coletivas sem promover apropriações de saberes que favoreçam mais uma parte dos interlocutores que outra; (e) Acessibilidade e democratização – a ação comunicativa, baseada no seu *logos* argumentativo.

Entre os objetivos e as ações do programa, podemos encontrar: (a) Mapeamento do “estado da arte” da comunicação socioambiental no Brasil; (b) Apoio às redes de comunicação ambiental; (c) Promoção e produção interativa e veiculação de Programas e campanhas de educação ambiental para mídia massiva; (d) implementar o sistema virtual de canais de Rádio e TV; (e) Promover novas estruturas de produção popular de comunicação ambiental, destacando a radiodifusão educativa; (f) Pesquisar e oferecer, por intermédio de publicações, metodologias para diagnósticos



de comunicação para programas e projetos socioambientais, metodologias de formação de educadores socioambientais e subsídio para a elaboração de programas estaduais e municipais de Educação socioambiental; e, por fim, (g) Promover a formação dos educadores socioambientais.

Conclusões

Resgatar e apresentar o Programa de Educação Socioambiental no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia é uma forma de demonstrar que várias ações comunicacionais e educativas, portanto educativas, já foram pensadas. Acreditamos que os princípios da Educação Socioambiental coadunam com os princípios da Agroecologia, que considera a existência de uma pluriépistemologia, e não somente o conhecimento científico hegemônico ocidental.

A Agroecologia se fundamenta nas experiências concretas dos agricultores inseridos em seus territórios, e suas ações promovem o estabelecimento de processos de construção de conhecimentos fundados no diálogo de saberes, o qual, como nos lembra Enrique Leff (2006), “é proposto a partir do reconhecimento dos saberes – autóctones, locais, tradicionais – que aportam suas experiências e se somam ao conhecimento científico e especializado”. Esse diálogo “se oferece como um processo de comunicação de saberes, de intercâmbio de experiências e complementação de conhecimentos” (LEFF, 2006, p. 387).

Seria possível desenvolver o programa da Educação Socioambiental no campo da Agroecologia? Cabe ao campo da Agroecologia pensar uma Educação socioambiental?

Temos mais perguntas que respostas. Porém, os princípios são os mesmos: cuidar da terra, cuidar de quem habita nela, reconhecer a alteridade e construir uma sociedade justa. Está proposto o debate.

Referências bibliográficas

COMUNICAR para transformar. **Revista agriculturas**: experiências em agroecologia. v. 13, n. 1, 2016.

KAPLÚN, Mario. **Uma pedagogia de la comunicación (el comunicador popular)**, La Havana: Editorial Caminos, 2002.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAIA, João; MORELATO, Rodrigo Rossi. **Angústia global e transcrição local**: sobre uma casa tech no Complexo do Alemão. Revista ECO-Pós, v. 20 n. 3, 2017.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald. **Redes sócio técnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Agroecologia). Programa de Recursos Naturais e Gestão Sustentável, Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha. 2016.

TEIA AGROECOLÓGICA: **Boletins Sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia**. Políticas Públicas com enfoque agroecológico, Publicações da ANA, 23 de maio de 2019.